



**ENTRE O SUJEITO E A CIDADE
REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO CORPO EM MOVIMENTO**

***BETWEEN THE SUBJECT AND THE CITY
REFLECTIONS ON THE MOVING BODY EXPERIENCE***

V. 8, n. 1 [12]
jan/abr (2016)

Dossiê: Gênero e Espaço II

Ângelica Carvalho Bandeira, Érika Cristine Kneib
Universidade Federal de Goiás, UFG
erikacristine@gmail.com; angelica.arqufg@gmail.com

Resumo

Este artigo investiga a possibilidade ou ideia do caminhar como método ou ferramenta de trabalho no campo urbanístico, uma prática cotidiana que poderia influenciar no modo de projetar em função do sujeito. Como parte de uma pesquisa abrangente em andamento, neste artigo, essa investigação busca repertório nas temáticas sobre experiência, corpo e movimento, a partir do pensamento pós-moderno na produção dos autores Tschumi, Agrest, Sennet, Careri e Jacques, que percorrem o século XX ao século XXI. A pretensão central e inicial consiste para tanto, em elaborar argumentos ou reflexões para direcionar outros modos de apreender, de fazer e de pensar a cidade contemporânea brasileira.

Palavras-Chaves

Corpo. Caminhar. Cidade.

Abstract

This paper investigates the possibility or idea of walking as a method or tool of work in the urban field, a daily practice that could influence the way to project depending on the subject. As part of a comprehensive ongoing research in this article, this research seeks repertoire in issues on experience, body and movement from the postmodern thought in the production of Tschumi authors, Agrest, Sennet, Careri and Jacques, who travel the century XX to the XXI century. The central and initial claim is for both in form arguments or reflections to direct other ways of apprehending, of doing and thinking about contemporary Brazilian city.

Keywords

Body. Walking. City.

1. Introdução

Neste artigo, investiga-se a analogia do sujeito enquanto corpo, adentrando sobre o universo de quem é o corpo contemporâneo, da relação entre o corpo e a cidade, da relação entre experiência estética e o caminhar, trabalhada pelos autores Tschumi (1977; 1980; 1981), Agrest (1988), Sennet (1997), Careri (2013a;2013b) e Jacques (2005; 2011). Assim, busca-se realizar a exposição sintética da revisão teórica de textos produzidos pelos autores destacando a experiência do corpo em movimento e de forma a buscar uma aproximando à prática urbanística.

De como essas reflexões podem ser transferidas para se ler e analisar o espaço público em função do sujeito, sob uma abordagem e escala diferente das propostas atuais (funcionalistas, segregacionistas, sob um ponto de vista do alto, concebidas para o trânsito e para o automóvel), investigação destinada a trabalhos futuros.

A priori, considera-se que a investigação sobre o engajamento intencional do corpo em movimento na cidade é negligenciada ou pouco apropriada na prática urbanística, à exceção talvez seja encontrada nos estudos desenvolvidos por Kevin Lynch e Gordon Cullen. Dentro da temática de percepção do espaço urbano, Lynch (1997) – com os mapas mentais – e Cullen (2009) – com a visão serial e a análise sequencial – consideram o movimento como parte metodológica para a leitura e interpretação de aspectos compositivos, identitários e estruturantes da forma urbana, e conseqüentemente, para a prática urbana.

Lynch (1997) apresenta a imagem mental como a síntese da percepção da cidade pelo observador que caminha ou se apropria cotidianamente da cidade. O mapa mental é então apresentado como o desenho dessa imagem, que possibilita examinar a qualidade visual da cidade. Na visão serial de Cullen (2009), de forma semelhante a Lynch (1997), o espaço é apreendido cognitivamente em fragmentos visuais à medida que o observador se desloca. E a partir dessa experiência do movimento, pode-se realizar uma leitura dos espaços pelo registro de imagens sequenciais, identificando os efeitos e as sensações no sujeito.

Assim, ao buscar articular o sujeito enquanto corpo, parte-se do pressuposto que a percepção da cidade e da arquitetura ocorre pela experiência do corpo em movimento, pela própria experiência sensório-motora vivida. Uma problemática a considerar, no entanto, é que esses autores limitam a sua abordagem à questão visual e imagética.

Além disso, é ainda necessário ressaltar que os projetos urbanos hegemônicos atuais buscam transformar espaços públicos (ou a cidade) em fachadas sem corpo, em imagem publicitária, uma mercadoria a ser vendida. O que resulta em leituras abstratas e reducionistas do espaço público e na diminuição e domesticação da experiência corporal nesses espaços por representações programadas, repetitivas e petrificadas (BRITTO; JACQUES, 2012). Nesse contexto, recentemente, a temática do corpo tem sido retomada e a valorização do sujeito (enquanto corpo) adquire ainda maior relevância na busca de transcender a teoria para a prática urbana.

2. Experiência estética, corpo e movimento

Segundo o viés da experiência do corpo em movimento na arquitetura, Tschumi (1977; 1980; 1981) examinando os princípios Vitruvianos - *venustas*, *firmitas* e *utilitas* considerados pelo autor como aparência atraente ou beleza, estabilidade estrutural e acomodação espacial adequada – conclui que as atitudes relativas à comodidade do corpo no espaço (*utilitas*) foram alteradas ou aparentemente perdidas na oposição entre forma e função, a partir do século XX.

As oposições ou antagonismos atribuídos à forma e função, se desprendem também nas relações entre ordem e desordem, estrutura e caos, ornamento e pureza, racionalidade e sensualidade, tipo e programa, concepção e experiência, abstração do pensamento e substância do espaço, sujeito e objeto, teoria e prática. E que resultaram na produção precária na arquitetura e urbanismo, dominada pelo mercado, pelo funcionalismo e valorização da imagem excessivos.

Assim, nessa transgressão à trilogia, o autor destaca a retomada ou revisão da noção de sujeito e ao papel da subjetividade em contraposição a essa tendência. Aproxima o sujeito ao objeto arquitetônico através do movimento do corpo ou dimensão corporal, articulados a relação dialética entre evento e espaço. Afirmando que a arquitetura “depende da prática e da experiência do usuário” e que “o corpo, o seu corpo, o meu corpo” é “o ponto de partida e de chegada da arquitetura” (TSCHUMI, 1980-1a, p. 180).

O espaço discutido por Tschumi (1977; 1981b) agregando tanto o físico, o social quanto as dimensão mental, vai além de uma projeção tridimensional e cartesiana oriunda da mente humana, está ligado aos sentidos do corpo. Como apresentado no trecho:

O cheiro penetrante de borracha, de concreto, de carne; o gosto da poeira; o roçar desconfortável do cotovelo sobre uma superfície abrasiva; a sensação prazerosa de paredes felpudas e a dor de esbarrar em uma quina no meio da escuridão [...] o espaço [...] é algo que se ouve e no qual se age (TSCHUMI, 1981, p. 181).

De forma, a argumentar que os problemas do espaço não estariam propriamente nele, mas na sua programação destinada à função e não ao evento, visivelmente em uma crítica ao modernismo. Pois considera o evento como a concepção dos corpos que se movem no espaço, construindo - o por meio e através do movimento e onde se colidem a representação dos profissionais em relação ao espaço e às práticas resistentes construídas no cotidiano do espaço projetado.

Independentes e indissociáveis dos espaços de movimentos, os eventos (Figura 1) emergem assim como "cenários ou programas esvaziados de implicações morais e funcionais" (TSCHUMI, 1980-1a, p. 181), reunindo as pessoas que realizam alterações nas condições espaciais programadas das cidades.

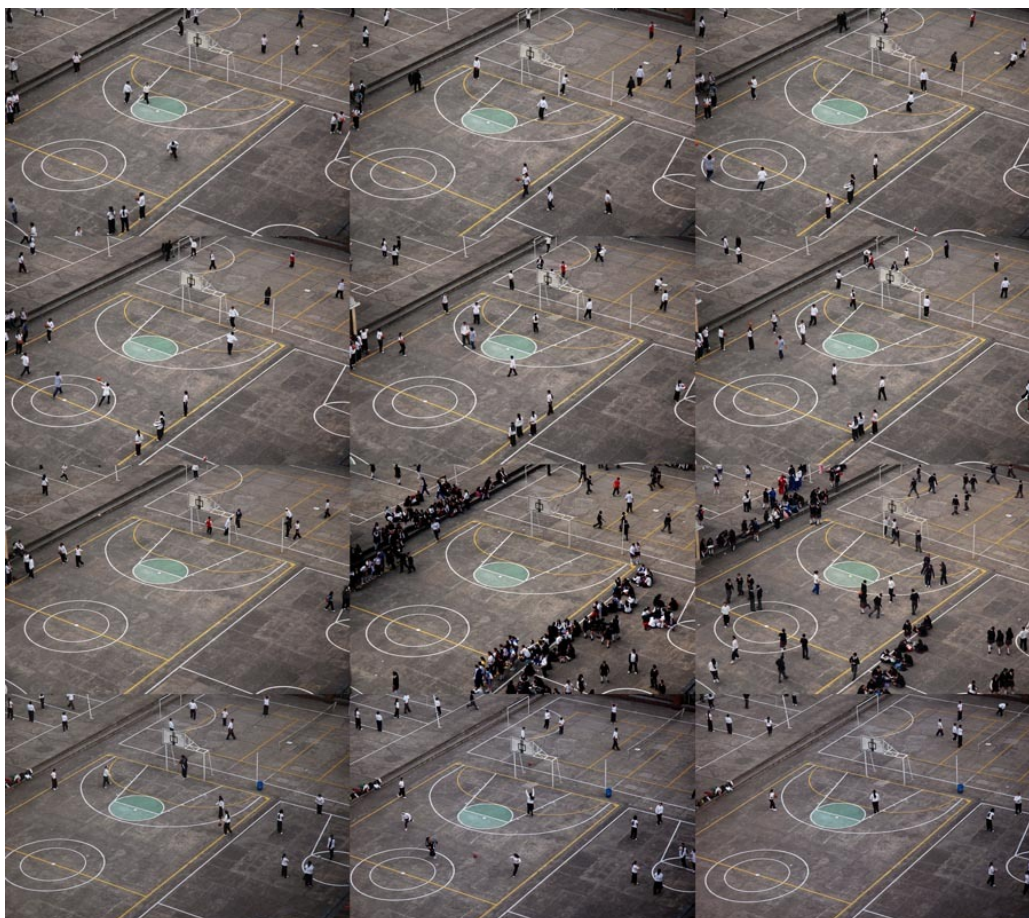


Figura 1. Exemplo de evento, em Exercícios Lúdicos.

Fonte: Gouvêa, 2005.

O corpo assim supera a condição de objeto (oposição entre sujeito e objeto, imaterial e material), reintegra-se aos seus sentidos em uma redescoberta da relação consigo mesmo, com o outro e com o espaço, ou como coloca Tschumi (1980-1a, p. 180-181) “do espaço do corpo para o corpo-no-espaço [...] entre o corpo e o Ego, entre o Ego e o Outro”. Referente portanto, à noção do espaço mental, social e físico ou do percebido, do concebido e do vivenciado.

3. Corpo fragmentado

De acordo com Agrest (1998), encontram-se nos renascentistas as primeiras relações entre o corpo e a arquitetura, entre o corpo e a cidade. O edifício e a cidade são concebidos como corpos vivos em um sistema homogêneo, acabado, fechado e unitário. E assim, como o ser humano, o edifício e a cidade, são concebidos e reproduzidos por outro corpo, o do arquiteto – também reconhecido por Tschumi (1977; 1980; 1981).

No entanto, o corpo sujeito revisitado por Agrest (1988) é um corpo contemporâneo diferente das representações de Vitrúvio e Alberti, bases para os elementos, sistemas e regras da arquitetura e urbanismo. Corpo que se prolonga até o movimento moderno, representado por Le Corbusier, o Modulor. Não é mais o corpo masculino com membros esticados em torno de um círculo e um quadrado, de ordem transcendental e renascentista, mediador entre a natureza e a arquitetura. Nem se refere ao modelo de ordem funcional das vanguardas modernas, corpo também masculino de proporções e medidas simétricas, harmônicas e geometrizado.

Nesses discursos antropocêntricos, o corpo é “transformado num sistema abstrato de formalização” (AGREST, 1988, p. 589) para ser incorporado ao sistema arquitetural influenciando até o nível inconsciente do sujeito, suprimindo contradições, gêneros e práticas cotidianas que fogem as regras. Mas então o que ou quem é o corpo contemporâneo?

A noção de corpo contemporâneo deseja englobar todos os sujeitos, de todas as idades, gêneros e classes sociais, reprimidos ou não incluídos até então. Segundo Agrest, (1988) trata-se aqui, no entanto, de um processo complexo da representação de um corpo fragmentado (sujeito) que se insere no edifício e na cidade (corpo construído), assim como o corpo construído se insere no corpo sujeito. Afirma que o corpo contemporâneo é “incapaz de ser recomposto no interior do sistema de regras da arquitetura” resultado da prática de um arquiteto que “já não reconhece a si

mesmo" (1988, p. 596) ou a esse sistema de regras, como proposto anteriormente pelos renascentistas e modernistas.

O corpo construído, edifício e cidade, então não refletem mais um "corpo-sujeito-homem-arquiteto", e conseqüentemente uma arquitetura não mais unificada, resultado da articulação de partes (fragmentos) de diferentes e diversos sujeitos, com partes de outros elementos em múltiplos planos e contextos superpostos no tempo e no espaço.

Assim, retomando a relação entre corpo e cidade, Agrest (1988) apresenta o sujeito composto por dois eus, o leitor e o escritor. Baseando-se em uma posição crítica transdisciplinar (semiologia), considera a cidade como um texto no qual o sujeito é "capturado" e "se torna parte dele" (idem, p. 596).

Isto é, semelhante à concepção de Tschumi (1977; 1980; 1981), o corpo apreende (lê) o espaço ao mesmo tempo em que o produz socialmente (escreve). Assim, a cidade é "cenário social" (AGREST, 1988, p. 597), a rua é "cenário da escrita" (idem, p.596) e "terra de ninguém pronto para ser apropriado" (idem, p.597), onde o corpo contemporâneo tem lugar para exprimir a sua destituição na tomada de decisões, no poder e na posse até do próprio corpo, é o lugar dos despossuídos.

4. Corpos ausentes e a experiência do movimento

Relacionado ao contexto apresentado por Agrest (1988), destaca-se na obra de Sennet (1997) a discussão sobre o afastamento do sujeito e do espaço, do corpo humano e do corpo construído. Como explica:

é uma história da cidade contada através da experiência corporal do povo: como mulheres e homens se moviam, o que viam e ouviam, os odores que atingiam suas narinas, onde comiam, seus hábitos de vestir, de banhar-se [...] (SENNET, 1997, p. 15).

A partir de uma análise histórica, o autor afirma que o período moderno e contemporâneo resultou, predominantemente, no individualismo; na apatia dos habitantes em relação à cidade ou falta de um sentido de pertencimento e envolvimento; no recente processo de transformação urbana de atração das pessoas para espaços amorfos e fragmentados, como Shoppings Centers e Condomínios fechados; o que conseqüentemente, resultou na privação sensorial ou anestesiamento

da consciência do corpo e na redução da relação entre corpos, edifícios e cidades, formando espaços e corpos “passivos”.

E que apesar da sociedade e da cultura ocidental atual caracterizarem-se pela supervalorização e superexposição da imagem e do corpo sexualizado, das suas sensações e liberdade de movimentos, na arquitetura e na cidade a experiência sensorial é neutralizada.

Sennet (1997) afirma que toda essa desconexão com o corpo só ocorre pela e através da experiência física da velocidade. Os automóveis e as grandes rodovias permitiram o deslocamento, cada vez mais rápido, das pessoas para áreas distantes e a cidade tornou-se apenas um lugar de passagem para os que dirigem. Portanto, o sujeito enquanto corpo físico em sua condição de movimento, agora fechado em máquinas (Figura 2), passou a necessitar de “pouco esforço físico” e, portanto, “quase nenhuma vinculação com o que está ao redor” (SENNET, 1997, p. 18).



Figura 2. Fotografias de Rotanda Quilín em um sábado.

Fonte: L. e Corrada, 2000.

Assim, o desenho urbano moderno cria o que o autor denominada de “liberdade da resistência”, ou seja, projeta vias de circulação para o deslocamento rápido e eficiente de automóveis, isolando diferentes atividades (comerciais, residenciais, etc.) e classes sociais, a fim de “evitar o contato com estranhos” (SENNET, 1997, p. 18). De forma que, os espaços amorfos e fragmentados se tornam consequências espaciais desse processo de passividade que se difunde nos espaços públicos.

Diante da carência de contato físico e o medo da multidão, associados às tecnologias que pacificam o corpo humano, como os automóveis, a internet e os bairros isolados, então propõem-se o questionamento: “o que devolverá o corpo aos sentidos? O que poderá tornar as pessoas mais conscientes umas das outras, mais

capacitadas a expressar fisicamente seus afetos?” (SENNET, 1997, P. 17). E a resposta de Sennet (1997): retomar obviamente, as relações entre os corpos sujeitos e construídos no espaço.

5. Erro e microresistência

Busca-se tratar duas questões desenvolvidas por Jacques (2005; 2011) sobre a relação entre corpo e cidade, e sobre a relação entre a experiência estética do caminhar ou do corpo em movimento, focados especialmente na escala local ou micro: as “Corpografias” e as “Errâncias”. A autora apresenta a experiência corporal na cidade relacionada à noção de Corpografia urbana, considerada como “microresistências ao processo de espetacularização das cidades, das culturas e dos corpos” (JACQUES, 2011, p. 162) É a ação no cotidiano que resulta em relações perceptivas com a cidade, além apenas do visual, e que explicita, cria ou mantém as tensões do e no espaço público.

Refere-se a um modo de enfrentamento propositivo à “diminuição da experiência corporal das cidades enquanto prática ordinária cotidiana”, estética ou artística, e a “negação, eliminação ou ocultamento” dos “conflitos e dissensos” (idem, p. 162) nos espaços públicos, ou seja, da vida pública nos espaços informais apropriados de forma não programadas e, muitas vezes, pela população pobre e marginalizada.

Nesse sentido, Jacques (2005; 2011) afirma que a experiência corporal na cidade, ou as microresistências ao processo hegemônico atual de fazer cidade, provocam as errâncias urbanas, isto é, maneiras de errar pela cidade, de perambular sem destino, de perder-se e sair do programado como o flâneur, de Baudelaire e revisitado por Benjamin. Pode-se ainda acrescentar que o erro, ou errância, também se destina às falhas do planejamento. Ao, por exemplo, reduzir a “experiência física direta, através do andar das cidades” (JACQUES, 2005, p. 21) pela valorização da circulação dos automóveis. Assim, para os errantes a ação de andar pela cidade torna-se “uma crítica ao urbanismo enquanto disciplina prática de intervenção nas cidades” (idem, p. 20).

Mais precisamente, alinhando-se aos pensamentos dos demais autores, Jacques (2011) afirma que através das experiências cotidianas, das vivências, apropriações, improvisações e dos desvios, o corpo atualiza ou reinventa os usos impostos pelos urbanistas e denuncia o que “escapa ao projeto espetacular” (idem, p. 171). Ao mesmo tempo em que as memórias da cidade ficam inscritas no corpo

praticado, ordinário e vivido, em diferentes escalas de temporalidades, propiciando a continuidade da relação entre corpo e cidade. Cidade essa ocultada pelas estratégias de espetacularização (planejamento estratégico, gentrificação, requalificação, e semelhantes).

Na lógica de criação de imagens e de consensos - aproximando-se da noção proposta por Agrest (1988) sobre os despossuídos - os espaços públicos são transfigurados em "espaços desencarnados, fachadas sem corpo", "pura imagem publicitária" (JACQUES, 2011, p. 164), em espaços cenográficos padronizados e uniformizados, aparentemente perfeitos, sem conflitos (como Shoppings e Parques), e conseqüentemente, apolíticos - ou como denomina Sennet (1997), espaços e corpos pacificados.

A corpografia relacionada à experiência corporal das cidades, depois do ponto de inflexão que é o erro, seria então alternativa contra o processo de espetacularização da cidade, em busca de um urbanismo incorporado, isto é, que incorpore o corpo (sujeito) no pensar e desenhar a cidade e que incorpore o corpo construído (a cidade) ao corpo do sujeito. Pois "a cidade, ao ser apropriada, vivenciada, praticada, não só deixa de ser uma simples cenografia, mas ganha corpo, trona-se um outro corpo" (Jacques, 2011, p. 166).

O que implica na apreensão e percepção urbanas - em sua noção de urbanismo poético - de uma forma mais "poética, sensorial, e no limite até mesmo libidinosa, ou erótica, das cidades" (Jacques, 2005, p.24), bem próximo ao pensamento de Tschumi (1977). Implica em aprender a trabalhar com os conflitos e incorporá-los nas teorias e práticas urbanas. E por fim, conclui que:

À distância, ou descolamento, entre sujeito e objeto, entre prática profissional e vivência-experiência física da cidade, se mostra desastrosa ao se eliminar o que o espaço urbano possui de mais urbano, que seria precisamente seu caráter humano, ou pior, ao se eliminar o que de mais humano tem o homem: seu próprio corpo (JACQUES, 2005, p.24).

6. Percurso como experiência

Careri (2013a; 2013b), assim como apresentado por Tschumi (1977; 1980; 1981) e Jacques (2005; 2011), aproxima a experiência à estética, explorando a experiência do corpo em movimento em momentos da história da arte e da história do

urbanismo, a partir de “uma longa série de excursões, deambulações e derivas que atravessaram todo o século como forma de antiarte” (CARERI, 2013a, p. 71).

Careri (2013a) destaca a experiência do corpo em movimento ao afirmar a importância dos percursos para a transformação efetiva da arquitetura e da cidade. Sua noção de percurso configura-se como: a ação de andar, que remete direta ou indiretamente, ao corpo; como objeto arquitetônico, as linhas e formas criadas na relação entre percurso e arquitetura; e como estrutura narrativa, o relato do percurso histórico (textual e imagético), realizado pelo autor desde os povos nômades do neolítico aos dadaístas, surrealistas e situacionistas.

O autor investiga a experiência do andar como ferramenta de leitura e escrita - remetendo também ao pensamento de Agrest (1988) - capaz de direcionar a prática arquitetônica através da construção de um envolvimento afetivo com a cidade e de “formas de vida espontâneas” a partir do espaço vazio (CARERI, 2013a, p. 97). Ou seja, o ato de caminhar na exploração de Careri (2013a, p. p. 77) é capaz de descrever e modificar o espaço vazio, banal ou inútil, aquele espaço “familiar e desconhecido, ao mesmo tempo não frequentado e evidente” e “que, como tantos, realmente não teria razão alguma de existir”. Refere-se portanto aos:

[...] lugares que, mais do que qualquer outro, representam a nossa civilização no seu devir inconsciente e múltiplo. Essas amnésias urbanas não estão apenas à espera de ser preenchidas de coisas, mas são espaços vivos a ser preenchidos de significados. [...] com dinâmicas e estruturas próprias que ainda devem ser compreendidas. [...] São um espaço público de vocação nômade, que vive e se transforma tão velozmente que, de fato, supera o ritmo do projetar (CARERI, 2013b, p. 238).

Assim, em sua análise histórica, semelhante ao proposto por Jacques (2005; 2011), Careri (2013a) considera a ação de caminhar em seu caráter de prática urbana ordinária e de errância (Figura 3). Ao afirmar que na experiência estética na vida cotidiana, a errância é a atividade criativa com regras próprias que produz novos territórios, espaços ou rotas a serem explorados, habitados e percorridos. Que vai além do controle social e que podem ser incorporadas para explorar e transformar a cidade nômade ou informal.



Figura 3. Passeio em Exercícios Lúdicos

Fonte: Gouvêa, 2005.

O caminhar assim promove os conflitos, as diferenças, e conseqüentemente, a reivindicação do direito à cidade. É a forma mais eficaz de se ter uma cidade viva, segura e democrática através do próprio corpo e do agir com a sua própria mente (CARERI, 2013b). No entanto, cabe ressaltar que o caminhar como experiência no contexto brasileiro, é considerado pelo autor como antiurbano, pois:

[...] significa enfrentar muitos medos: medo da cidade, medo do espaço público, medo de infringir as regras, medo de apropriar-se do espaço, medo de ultrapassar barreiras muitas vezes inexistentes e medo dos outros cidadãos [...] o caminhar dá medo e, por isso, não se caminha mais; quem caminha é um sem-teto, um mendigo, um marginal. [...] nas faculdades de arquitetura, os estudantes [...] acham-se especialistas em cidade e em espaço público, mas, na verdade, nunca

tiveram a experiência de jogar bola na rua, de encontrar-se com os amigos na praça [...] (CARRERI, 2013b, p. 241-242).

Assim, Carreri (2013b, p. 242) conclui essa reflexão sobre as cidades e as sociedades na América do Sul com o questionamento, que também se faz aqui para o fechamento da revisão teórica: "Que tipo de cidade poderão produzir essas pessoas que têm medo de caminhar?".

7. Considerações finais

As diversas abordagens, dos textos dos autores escolhidos para a revisão teórica, compartilham a possibilidade de retomar o corpo como lócus da experiência, diante do seu aparente esquecimento ou negligenciamento (corpo construído e corpo sujeito, ou cidade e sujeito) e a aparente ausência de significado na prática de arquitetura e urbanismo, sob crítica pós-moderna. O que abre margem para a investigação da experiência do sujeito em movimento, superando uma condição de objeto, em termos de percepção, recepção e leitura no processo de prática urbana.

Então partindo-se da proposição do sujeito e cidade, enquanto corpos, e em uma aproximação da teoria com a prática urbanística, podem-se destacar alguns princípios ou argumentos das reflexões:

- (a) O corpo implica na noção de experiência, dependente dos sentidos que por sua vez, está relacionada ao campo da estética, pensada em termos gerais na questão da imagem, do olhar. E que o corpo, reintegrado aos seus sentidos e a cidade, é então lócus da percepção.
- (b) O sujeito contemporâneo, em contato com o seu corpo, engloba pessoas de diferentes gêneros, idades e classes, com características específicas, em seus sentidos (que incluem mais do que a visão), em seus movimentos, necessidades, sentimentos, sensações, imaginários próprios, etc.;
- (c) Existe uma intrínseca relação entre o sujeito e a cidade, portanto, entre o sujeito e o apreender, pensar ou projetar a cidade. Pois se o espaço da cidade é destinado ao sujeito (enquanto corpo), o projetar deveria ser em função desse sujeito;

- (d) A prática urbana deve ser pensada para ativar o corpo, no qual a percepção e uso do espaço são dependentes das práticas humanas (ação, interação, movimento e permanência);
- (e) A relação entre o corpo (sujeito) e a cidade (corpo construído) ocorre em diferentes escalas e de formas espontâneas, muitas vezes não programadas, que fogem aos processos de representação hegemônicos;
- (f) O espaço e a cidade só adquirem significado com a experiência do sujeito, sendo que concomitantemente deve propiciar essa experiência;
- (g) A experiência do caminhar ou do corpo em movimento, pode ser uma ferramenta de produção crítica e ativa do espaço público;
- (h) O espaço público emerge como um intenso campo de forças, portador de características que conferem especificidade as práticas cotidianas de sujeitos, e que revela disputas, contradições e segregações, ou seja, forças variadas que regem os processos urbanos contemporâneos.

A partir dessa revisão teórica sintética e dos argumentos afirmados, é apresentado as seguintes questões, para investigações futuras que visem à prática urbana: com essa visão renovada do corpo (corpo cidade e corpo homem ou sujeito) como se deve pensar a cidade para esse corpo? É possível através da experiência do corpo em movimento direcionar alternativas contra o processo atual de fazer cidade? É possível gerar outras formas de reflexão e intervenção nas cidades?

8. Referências

- AGREST, Diana (1988). À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 585 -599.
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpo e cidade coimplicações em processo. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v.19, n.1 e 2, jan./dez., 2012, p.142-155.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. Barcelona: Gustavo Gili, 2013a.

CARERI, Francesco. Transurbância + Walkscapesteneyears later. Tradução de: Federico Bonaldo. **Redobra**, n. 11, ano 4, 2013b, p. 235-247.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOUVÊA, Patrícia. **Exercícios Lúdicos**. 2005. Disponível em: <http://patriciagouvea.com/Exercicios-Ludicos>. Acesso em: Julho de 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. **Arqtexto 7**, 2005, p. 16-25.

JACQUES, Paola Berenstein. Microresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: MARCOS, L. Rosa. **Micro Planejamento: Práticas Urbanas Criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011, p. 162-172.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

L., Luis Eduardo Bresciani; CORRADA, Manuel. Rotanda Quilín em um sábado, el médio día de um día despejado. 2000. **Revista Arqediciones 52**. Santiago do Chile, 2002.

SENNETT, Richard. **Carne e a pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TSCHUMI, Bernard (1977). O Prazer da Arquitetura. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 575-584.

TSCHUMI, Bernard (1980-1a). Arquitetura e limites 2. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008a, p. 179 – 184.

TSCHUMI, Bernard (1980-1b). Arquitetura e Limite 3. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008b, p. 184-188.